

A POLÍCIA NÃO ESTÁ NO TERRENO PARA SERVIR REBUÇADOS

VIOLÊNCIA POLICIAL EM ANGOLA



Omunga 

AMNESTY
INTERNATIONAL



INTRODUÇÃO

Desde a declaração do estado de emergência, em março de 2020, para tentar conter a propagação da Covid-19, as forças de segurança angolanas em várias províncias têm recorrido a força desnecessária, excessiva, abusiva e até letal para lidarem com infrações às medidas de saúde pública e manifestações pacíficas. A Amnistia Internacional e a **OMUNGA**, uma organização de direitos humanos angolana, documentaram **vários protestos pacíficos** que foram reprimidos com violência pela polícia. As organizações reportaram também vários assassinatos cometidos pelas forças de segurança angolanas, nomeadamente agentes da Polícia Nacional de Angola (PNA) e militares das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Entre março e setembro, a Amnistia Internacional e a OMUNGA documentaram dez assassinatos pelas forças de segurança angolanas, nomeadamente agentes da Polícia Nacional de Angola (PNA) e militares das Forças Armadas Angolanas (FAA). As vítimas foram **Mário Palma Romeu – Marito**, 14 anos, **Altino Holandês Afonso – Hernani**, 15 anos, **Helena Sebastião Mussunda**, 15 anos, **Mabiala Rogério Ferreira Mienandi – Kilson**, 15 anos, **Clinton Dongala Carlos**, 16 anos, **João de Assunção Eliseu**, 20 anos, **António Vulola**, 21 anos, **Vanildo Sebastião Futa**, 21 anos, **José Quiocama Manuel**, 25 anos e **Sílvio Dala**, 35 anos. As organizações acreditam que o verdadeiro número de mortos pode ser muito mais elevado.

Em setembro de 2020, com o aprofundar da crise social e económica e o seu impacto na subsistência dos angolanos, a onda de descontentamento popular avolumou-se e a população foi para as ruas protestar contra as promessas por cumprir do governo, a fome e a pobreza. As autoridades responderam com violência e as forças de segurança agrediram pessoas com cassetetes e armas de fogo nas ruas. Por exemplo, em 11 de novembro de 2020, movimentos populares organizaram manifestações contra o alto custo de vida e a corrupção e exigiram eleições autárquicas em várias províncias de Angola. No município de Luanda, morreu um manifestante, **Inocêncio de Matos**, um estudante universitário de 26 anos de idade, e houve dezenas de feridos.

O problema do uso excessivo, desproporcionado e desnecessário da força pela polícia encontra-se há muito generalizado por todo o país e a sociedade civil angolana tem vindo a debater este assunto há muitos anos. Em vez de procurar o diálogo com os representantes da sociedade civil e os manifestantes, o governo tem vindo também a reprimir continuamente os direitos de liberdade de expressão, reunião pacífica e associação. Manifestantes, ativistas e defensores dos direitos humanos têm sofrido violações de direitos humanos, nomeadamente prisão e detenção arbitrária, e até a morte.

Imagem de capa: Funeral de Vado © Bwala mídia



A t-shirt e a máscara facial que Vado estava a usar no dia em que foi morto

Helena foi baleada no interior da esquadra da polícia



Funeral de Helena

Na noite de 10 de setembro de 2020, **Helena Sebastião Mussunda**, de 15 anos de idade, foi atingida mortalmente por um tiro disparado por um agente da PNA, no bairro dos Ossos, município do Cazenga, na província de Luanda.

Nessa mesma noite, tinha havido uma rixa entre alguns jovens no bairro. Alguns residentes do bairro, para acabar com a alteração, levaram um dos jovens à esquadra da polícia de Ossos. Muitas pessoas começaram a juntar-se, tanto no interior como no exterior da esquadra, pedindo aos agentes da polícia que acabassem com a briga.

A polícia decidiu dispersar o ajuntamento de pessoas e um dos agentes disparou vários tiros. Uma das balas atingiu Helena, que se encontrava no interior da esquadra, no peito. Teve morte instantânea. Helena estava grávida de dois meses. Quando se apercebeu de que Helena não apresentava sinais vitais, o agente responsável pelos tiros abandonou a esquadra. Os residentes, enfurecidos pela morte de Helena, incendiaram a esquadra da polícia, que ficou praticamente reduzida a cinzas.

“Doctor Sílvio Dala”

Na noite de 1 de setembro de 2020, o pediatra **Sílvio Dala**, de 35 anos de idade, estava sozinho no seu carro quando foi abordado por agentes da PNA por não estar a usar máscara facial. Os agentes conduziram Sílvio à esquadra de Catotes, na área de Rocha Pinto, município de Luanda. A esquadra da polícia não dispunha de meios para pagamento eletrónico de multas e Sílvio telefonou a um familiar para vir ajudar a efetuar o pagamento.

As circunstâncias que se seguiram e levaram à morte de Sílvio são pouco claras e estão presentemente a ser investigadas. Os agentes da PNA afirmam que, enquanto aguardava na esquadra da polícia, Sílvio sentiu-se mal, desmaiou e caiu e, em consequência desta queda, sofreu um ferimento na cabeça, sendo depois levado ao Hospital do Prenda, onde chegou já morto. O porta-voz da Comissão Multissetorial de Combate à Covid-19, Comissário Waldemar José, declarou que o resultado da autópsia confirmava que o pediatra tinha morrido de uma paragem cardíaca e não tinha sofrido qualquer agressão física.

Contudo, o Sindicato Nacional dos Médicos Angolanos (SNMA) contestou os resultados da

autópsia apresentados pelo governo. Segundo o SNMA, um dos colegas de Sílvio deslocou-se à morgue do Hospital Josina Machel para identificar o corpo e afirmou que o corte na sua testa não podia ter resultado de uma queda. O SNMA também reclamou por o representante do sindicato, patologista, não ter sido autorizado pelos agentes da polícia a monitorizar a autópsia.

Está a decorrer um processo-crime e um inquérito para apurar a responsabilidade dos agentes da polícia na morte de Sílvio. Os agentes envolvidos no incidente foram suspensos de funções durante a investigação.

“ O colega Sílvio deixou quatro filhos. O mais novo tem apenas três meses. A esposa do colega não trabalha. Como é que a sua família vai sobreviver ao fim de seis meses? A lei prevê o pagamento de seis meses de salário após a morte de um empregado. A família de Sílvio, os seus pais e familiares próximos dependiam dele para prover às suas necessidades básicas. E agora quem vai sustentar esta família?”

Miguel Sebastião, médico representante do SNMA, entrevistado pela Amnistia Internacional e pela OMUNGA, 9 de setembro de 2020



Batas de médicos pintadas de vermelho, a simbolizar o sangue derramado, durante a manifestação pacífica de 12 de setembro

Vanildo estava a usar máscara facial.

Porque é que isto aconteceu?

Em 22 de agosto, **Vanildo Sebastião Futa** – mais conhecido como Vado entre os seus amigos – de 21 anos de idade, foi morto por um militar das forças armadas no bairro Zango 3, a cerca de 500 metros da porta da sua casa, por volta das 21h30.

Vado e dois amigos saíram de sua casa e dirigiram-se a uma cantina próxima. Durante este percurso, encontraram-se com três elementos das FAA. Um dos amigos de Vado, Lucas Gaboa, não estava a usar máscara facial e foi interpelado pelos militares. Vado e o seu outro amigo observaram a situação à distância.

Testemunhas contaram à Amnistia Internacional e à OMUNGA que um dos militares exigiu o pagamento de 2 000 kwanzas (cerca de USD 3) para deixar Lucas em liberdade. Contudo, Lucas só tinha 1 500 kwanzas e, segundo as testemunhas, um dos militares começou a ficar nervoso e a repetir que queria o montante completo de 2 000 kwanzas. Lucas fugiu então, mas, quando se voltou para correr, ouviu um tiro. Vado, que estava a observar o que se passava a alguma distância, foi atingido nas costas e correu cerca de 100 metros antes de cair.

Está em curso uma investigação criminal para apurar responsabilidades dos militares suspeitos da sua morte.



Funeral de Vado

Imagem © Bivata média

“Atirar a matar”



Maurício, com o ombro ferido, alguns dias após a morte de Cleide

Imagem © Amnistia Internacional e OMUNGA

Em 13 de Julho, dezenas de angolanos foram para as ruas de Luanda protestar contra o assassinato de outro jovem no município de Luanda. **José Quiocama Manuel**, conhecido como Cleide, motorista de mototáxi, estava a caminho da casa de um amigo após terminar o trabalho nessa noite, no bairro do Prenda. Segundo testemunhos comunicados à Amnistia Internacional e à OMUNGA, era cerca da meia-noite quando as pessoas começaram a gritar que “a polícia estava a chegar”. Cleide e **Maurício José Isabel Mucongo**, um rapaz de 16 anos de idade, tentaram esconder-se, mas foram atingidos pelos disparos de um agente da polícia. Maurício foi atingido num ombro e sobreviveu, mas Cleide foi mortalmente ferido.

“ Foi um incidente de trabalho. O colega estava no seu exercício e no âmbito da fiscalização dos incumprimentos [das medidas preventivas da COVID-19]. Um grupo de jovens, no Prenda, insurgiram-se contra a polícia e na tentativa de os afastar o colega acidentalmente disparou, atingindo mortalmente um deles”

disse Nestor Goubel, porta-voz do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, referindo-se à morte de Cleide, numa conferência de imprensa a 13 de julho

Confundido com um ladrão

A 4 de julho de 2020, **Clinton Dongala Carlos**, de 16 anos de idade, foi baleado mortalmente, por volta das 18h50, no bairro da Boa Esperança 1, município do Cacuaco, província de Luanda. Clinton tinha acabado de jantar em casa da tia e estava a caminhar de regresso a casa, a uma distância de 300 metros. Segundo testemunhas, seis agentes das forças de segurança, incluindo dois membros das FAA e um agente da PNA, todos de uniforme, e dois agentes da PNA à paisana, conhecidos da comunidade local, estavam a perseguir suspeitos. Os vizinhos, que se encontravam na rua, apercebendo-se de que algo se estava a passar, correram para se protegerem. Os agentes avançaram na direção de Clinton, que corria para casa, e balearam-no nas costas. Testemunhas indicam que os agentes se aproximaram de Clinton e, provavelmente apercebendo-se de que era “inocente”, pediram água aos vizinhos e deitaram-na na cara do rapaz. Os vizinhos que se encontravam escondidos ouviram então um segundo tiro. Quando os agentes se afastaram, os vizinhos constataram que Clinton tinha sido baleado na cara.

No mesmo dia, vizinhos e familiares de Clinton invadiram as casas dos agentes da polícia que alegadamente tinham cometido o assassinato e destruíram os seus pertences. Três vizinhos e quatro familiares de Clinton foram presos e conduzidos à 41ª esquadra. No dia 6 de julho, foram transferidos para o Comando Municipal de Cacuaco, onde permaneceram detidos durante 14 dias. A 20 de julho, as sete pessoas foram libertadas sem acusação formalizada, depois de pagarem uma caução de 140 mil kwanzas (aproximadamente USD 250).

Os pais de Clinton disseram à Amnistia Internacional e à OMUNGA que a polícia os tinha informado de que os agentes suspeitos de serem os responsáveis pelo assassinato de Clinton estavam presos, mas que não tinham recebido mais informações sobre o processo contra eles.



Sonhava ser futebolista

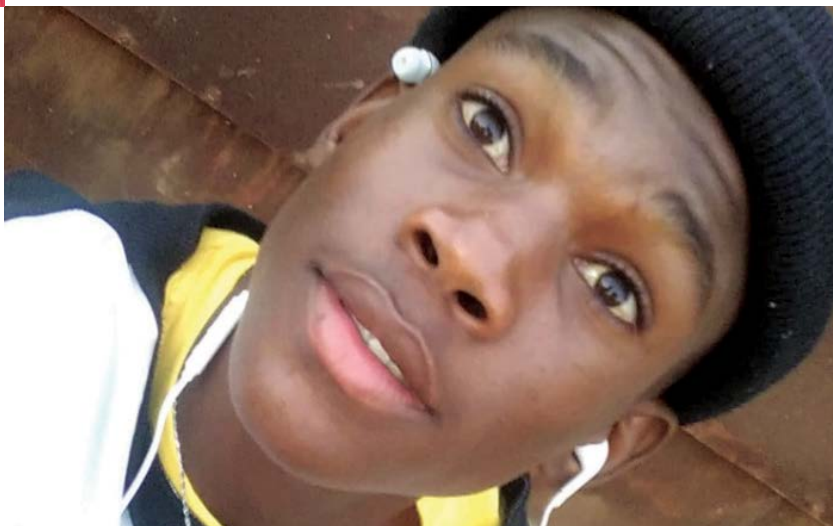


Imagem © foto de família

Foto de Kilson, tirada na mesma semana em que foi assassinado

A 3 de julho de 2020, **Mabiala Rogério Ferreira Mienandi**, apelidado de Kilson pelos seus entes mais queridos, de 15 anos, estava com os amigos no Condomínio, um campo onde os adolescentes se distraem a praticar desporto no bairro de Mabore, município de Cazenga, província de Luanda. Testemunhas que falaram com a Amnistia Internacional e com a OMUNGA indicam que, por volta das 07h00, um veículo da polícia aproximou-se do campo onde os jovens estavam e, sem qualquer aviso prévio, os agentes começaram a disparar contra os rapazes, que correram em todas as direções para se esconderem. Contudo, Kilson caiu ao chão. Segundo testemunhas, três polícias terão saído do carro e aproximaram-se do jovem, deram-lhe três pontapés e, quando viram que estava a sangrar, voltaram para o carro e afastaram-se. As pessoas começaram a gritar: “eles mataram-no”. Os amigos de Kilson voltaram e viram que tinha sido ferido na cabeça. Ainda chegaram vizinhos que o socorreram e o levaram para o hospital, onde Kilson faleceu. Desde esse dia, os jovens do bairro têm evitado ir jogar para o campo, com receio de que a polícia volte a aparecer.

Kilson tinha um grupo de amigos com quem passava o dia a cantar rap, a ler e a praticar exercício. Desde março, com o encerramento das escolas devido à Covid-19, eram estas as atividades com que os jovens se entretinham. Até à data, os jovens continuam sem informação sobre o reinício das aulas. Os amigos de Kilson partilharam que o seu sonho era ser jogador de futebol e cantor.





Pedro Mienandi,
pai do Kilson

Humilhação como castigo

Por volta das 09h00 do dia 17 de junho, **João de Assunção Eliseu**, de 20 anos, saiu do quarto e foi à casa de banho comum da vila onde vivia, quando dois agentes da PNA o interpelaram. Segundo uma das testemunhas, João disse aos agentes que ia apenas à casa de banho e que regressaria ao seu quarto e colocaria a máscara. Como castigo, os dois agentes da polícia obrigaram João a dar cambalhotas, enquanto lhe apontavam as armas ao rosto. João pediu aos agentes para fazer uma pausa porque se sentia maldisposto e cansado, mas, em resposta, um dos agentes disparou para o ar, perto de João, que caiu ao chão, imobilizado. Apesar de os vizinhos terem alertado que João tinha problemas de coração e hipertensão, o agente da polícia continuou a gritar-lhe, ordenando-lhe que se levantasse. Como não reagiu, os agentes chamaram uma ambulância, que chegou duas horas mais tarde. Foi conduzido ao hospital dos Cajueiros, no município de Cazenga, onde acabou por falecer.

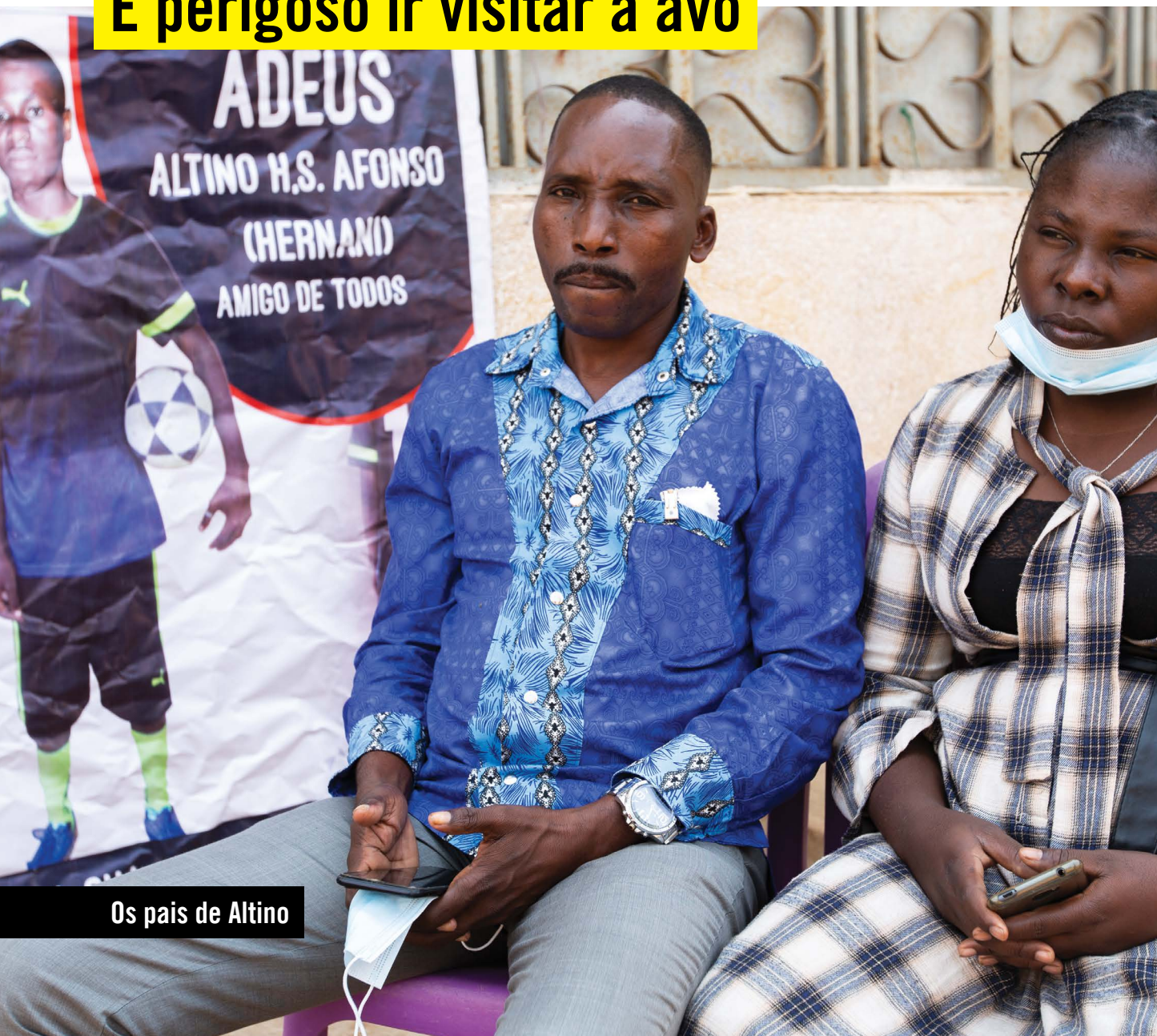
O corpo de João foi mantido numa morgue comum (conhecida como câmara cinco), para onde os corpos não identificados são enviados antes de serem enterrados numa vala comum. Contudo, os amigos conseguiram reclamar o corpo e dar-lhe um funeral digno. Apresentando condolências, a

polícia enviou um cesto com comida a casa de João. Até hoje, os seus amigos continuam a aguardar os resultados da autópsia e não têm qualquer informação sobre processos contra os agentes da polícia. Relataram ainda que foram insultados na esquadra quando pediram informações sobre o caso e que os agentes lhes responderam: “Quem são vocês para virem aqui fazer-nos perguntas?”.

João foi abandonado pelos pais quando era bebé. A sua família eram os amigos com quem cresceu no Centro de Acolhimento de Crianças Arnaldo Janssen – CACAJ, uma instituição missionária católica no bairro Palanca. Após completar 18 anos, João mudou-se com seus amigos para uma vila no bairro Palanca.



É perigoso ir visitar a avó



Os pais de Altino

Altino Holandês Afonso, a quem afetuosamente chamavam de Hernani, era um estudante de 15 anos de idade que jogava futebol no Inter, o clube desportivo local. No dia 5 de junho de 2020, por volta das 20h00, Altino tomou um duche e dirigiu-se à cantina da família, situada perto de sua casa, para ver a avó e a tia. Minutos mais tarde, ouviram-se tiros da polícia, possivelmente para dispersar pessoas nas ruas. A tia escondeu-se imediatamente atrás do balcão da cantina e Altino correu para casa dela. Testemunhas contaram à Amnistia Internacional e à OMUNGA que um agente

da polícia o perseguiu, atingindo-o com uma arma de fogo quando Altino se encontrava mesmo frente à porta de casa. Altino foi levado para o hospital, mas faleceu momentos depois. Testemunhas do homicídio relataram à Amnistia Internacional e à OMUNGA que o agente que baleou Altino estava embriagado. Neste momento, encontra-se em prisão preventiva, a aguardar acusação formal e julgamento.

Marito só tinha 14 anos de idade



Na manhã do dia 13 de maio de 2020, a mãe de **Mário Palma Romeu**, de 14 anos, carinhosamente conhecido como Marito, pediu-lhe que fosse comprar açúcar na praça da praia das Tombas, no município de Benguela, província de Benguela. Nessa mesma manhã, a polícia foi chamada a intervir na praia, devido a uma insurreição causada por um grupo de jovens que trabalhava em barcos de pesca. Tentando dispersar a população que se encontrava na praia, um agente da polícia disparou duas vezes para o ar. O segundo tiro atingiu Marito na cabeça, que teve morte imediata. O Comando Provincial da Polícia em Benguela, como forma de compensação, pagou parte dos custos do funeral de Marito e enviou um cabaz de comida com duas caixas de massa, um saco de feijão, uma caixa de óleo e dois sacos de farinha de milho à família de Marito.

Marito e o irmão trabalhavam no mercado do peixe para ajudar a família, uma vez que mãe, que está a criar os filhos sozinha, é doente e já não pode trabalhar. A mãe atravessa um momento de luto muito doloroso e sente grandes dificuldades em alimentar a sua família.

O agente responsável pela morte de Marito encontra-se em prisão preventiva, a aguardar a investigação ao homicídio. O Ministro do Interior em Benguela abriu também um processo disciplinar contra o autor do crime.

“O meu menino ajudava-me a sustentar a casa e a alimentar os irmãos. Tenho dores no peito e já não posso trabalhar. Agora não temos do que viver. Disse à polícia que o assassinato do meu filho não pode ser em vão. Quando uma pessoa morre, tem que haver justiça.”

Entrevista da mãe de Marito à Amnistia Internacional e à OMUNGA, junho de 2020



A mãe de Marito numa manifestação pacífica contra o uso da violência pela polícia na cidade de Benguela

RESPOSTA DA POLÍCIA

O Comandante-geral da PNA comprometeu-se publicamente a investigar e levar à justiça todos os agentes responsáveis por assassinar cidadãos durante a implementação dos regulamentos da Covid-19 em 2020. Além disto, apelamos ao governo de Angola para que tome medidas concretas para pôr termo à violação de direitos humanos pelas forças de segurança angolanas e implemente reformas sistemáticas que assegurem o cumprimento das leis, regulamentos e códigos de conduta que regem o funcionamento da polícia, de acordo com o direito e as normas internacionais em matéria de direitos humanos.

A associação Mãos Livres está a oferecer assistência jurídica com o objetivo de garantir a investigação imediata, exaustiva, independente e imparcial das violações e abusos de direitos humanos, levar à justiça os responsáveis pelos assassinatos e obter justiça e recursos eficazes, nomeadamente indemnização adequada, para as famílias.



VIDAS ANGOLANAS IMPORTAM

Em 12 de setembro, tiveram lugar manifestações pacíficas em várias províncias angolanas, incluindo Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Kwanza-Sul, Huíla, Luanda, Moxico e Namibe. Os protestos reuniram milhares de pessoas de todo o país, que exigiram o fim dos abusos da polícia em Angola, a reforma da PNA e a exoneração do Ministro do Interior, Eugénio Laborinho, que se remeteu ao silêncio sobre os assassinatos dos jovens pela polícia. A manifestação decorreu pacificamente e não se registou qualquer incidente de violência.

Com o agravamento da crise social e económica em 2020, a popularidade do atual presidente continuou a diminuir. Frustrados com as precárias condições de vida no país, os angolanos, em particular os jovens, encheram as ruas para protestar sem violência e exercer os seus direitos de liberdade de expressão e reunião pacífica. As autoridades responderam com força excessiva, desnecessária e indiscriminada. Dezenas de pessoas foram presas, muitas delas ficaram feridas e pelo menos uma terá perdido a vida.

UMA ONDA DE PROTESTOS



Manifestação de 12 de setembro em Luanda

“ A população angolana está ávida de mudanças no país. Já completamente saturada com a demagogia do partido governante. As condições sociais dos angolanos cada dia que passa deterioram-se. O poder de compra está além das possibilidades. Logo, a juventude é que sofre mais, por falta de oportunidades de emprego, educação, saúde e etc. Nisto é a juventude que, face às condições em que se encontra cada dia, vai reivindicando. Como tal, convoca as manifestações e se entrega de corpo e alma no intuito de haver mudanças urgentes.”

Salvador Freire, Diretor Executivo da Associação Mãos Livres – Advogados pelos Direitos Humanos

MANIFESTAÇÃO DE 24 DE OUTUBRO

No dia 24 de outubro de 2020, a polícia reprimiu violentamente manifestações pacíficas contra as condições de vida precárias e exigindo eleições autárquicas, nas ruas das províncias de Luanda e do Huambo. Em Luanda, a Polícia Nacional de Angola (PNA) montou barricadas para impedir os manifestantes de se juntarem no ponto de encontro e prendeu arbitrariamente 103 manifestantes e transeuntes, nomeadamente jornalistas, mães com crianças e adolescentes menores de 16 anos. A polícia retirou à força dois jornalistas da Rádio Essencial, um fotógrafo do jornal Valor Económico e o seu motorista do veículo onde se encontravam e agrediu-os fisicamente. Segundo os seus testemunhos, a polícia levou os quatro profissionais para o Comando Provincial de Luanda, onde ficaram detidos por dois dias. A 26 de outubro, foram libertados sem qualquer acusação. O seu equipamento eletrónico, incluindo telemóveis e uma câmara fotográfica, foi confiscado pela polícia.

Os 103 manifestantes que foram presos foram submetidos a um julgamento sumário entre 26 de outubro e 1 de novembro de 2020. O Tribunal Provincial de Luanda condenou 71 pessoas pelo crime de “desobediência” e condenou cada uma delas a uma pena de um mês de prisão, convertida em multa. Os manifestantes interpuseram recurso para o Tribunal Supremo, que ainda não se pronunciou sobre o caso. Os que foram presos relataram que, enquanto estiveram sob custódia policial, foram transportados das celas da prisão para o tribunal em veículos sobrelotados, apesar dos riscos colocados pela Covid-19, e passaram os seus dias em celas sobrelotadas, que não lhes permitiam praticar o distanciamento físico exigido pelos regulamentos de saúde pública – ironicamente, a razão na origem da sua condenação.

No dia anterior às manifestações planeadas para 24 de outubro, o Presidente da República emitiu o decreto presidencial n.º 276/20, no qual o artigo 29.º proíbe ajuntamentos superiores a cinco pessoas na via pública.





Imagens © Bwala mídia

MANIFESTAÇÕES NACIONAIS DE 11 DE NOVEMBRO

No seguimento das manifestações frustradas de 24 de outubro, movimentos de base convocaram novas manifestações em todo o país, no dia 11 de novembro de 2020, para assinalar os 45 anos da independência de Angola. As pessoas foram protestar para as ruas contra o elevado custo de vida e para pedir a realização de eleições autárquicas nas províncias de Benguela, Cuanza Norte, Huíla, Huambo, Luanda e Namibe, em Angola.

Em várias províncias, as forças de segurança bloquearam estradas e montaram barricadas para impedir as pessoas de se juntarem nos pontos de encontro. As forças de segurança usaram canhões de água, balas de borracha, cassetetes e gás lacrimogéneo para dispersar os manifestantes. A Amnistia Internacional e a OMUNGA foram informadas de bolsas de violência isoladas por alguns manifestantes em resposta ao uso de força brutal e indiscriminada pela polícia. Várias pessoas ficaram feridas e algumas foram levadas para o hospital e um número indeterminado de pessoas foram presas arbitrariamente e libertadas horas depois sem qualquer acusação. Inocêncio Alberto de Matos, de 26 anos de idade, estudante de engenharia informática na Universidade Agostinho Neto, em Luanda, sofreu ferimentos graves e morreu. Aguardam-se resultados da autópsia para confirmar a causa da sua morte.

1. UN Officer of the High Commissioner, 21 October 2020

A 10 de novembro, numa tentativa de impedir a realização da manifestação planeada, as forças de segurança angolanas detiveram arbitrariamente jovens ativistas envolvidos nos seus preparativos. As forças de segurança prenderam três jovens no município de Cabinda e outros três no município de Balombo, província de Benguela. Em 18 de novembro, o Tribunal Provincial de Benguela rejeitou a acusação de crime de desobediência e ordenou a libertação dos três jovens que foram presos no município de Balombo.

A Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, avisou recentemente os governos de todo o mundo sobre a resposta a protestos com força excessiva e desproporcionada e, falando em particular sobre os abusos cometidos pelas forças armadas nigerianas, declarou: “Numa população com uma idade média tão jovem, é importante ouvir as questões que afligem a geração mais nova e fazer um esforço para resolver os problemas múltiplos que enfrenta, incluindo – entre tantos outros – a brutalidade e violações de direitos pela polícia”.

Fazemos eco destas observações e apelamos às autoridades angolanas para que estejam muito atentas e hajam em conformidade.

AS AUTORIDADES ANGOLANAS DEVEM FAZER MAIS E MELHOR

O reconhecimento pelo governo do uso de força desnecessária e excessiva pela polícia é um primeiro passo importante no combate a estas violações de direitos humanos. Apelamos ao fim imediato do uso da força desnecessária e excessiva pelas forças de segurança e à realização de uma investigação imediata, exaustiva, independente e imparcial das violações de direitos humanos, bem como à prestação de contas de todos os responsáveis através de julgamentos justos.

Apelamos ainda às autoridades angolanas para que assegurem aos manifestantes o exercício dos seus direitos de liberdade de expressão e reunião pacífica, protegidos pela Constituição angolana e pelos instrumentos internacionais assinados pelo país.

É igualmente urgente uma reforma sistémica nas forças de segurança angolanas. Ninguém devia ter que temer pela sua vida quando confrontado pela polícia e as autoridades angolanas devem estabelecer mecanismos de responsabilização para assegurar a investigação rápida, imparcial e exaustiva a alegações de uso ilegal da força pelas forças de segurança. O governo de Angola deve implementar reformas sistemáticas que assegurem o cumprimento das leis, regulamentos e códigos de conduta que regem o funcionamento das forças de segurança, de acordo com o direito e as normas internacionais em matéria de direitos humanos.





Imagem © Bwala mídia

A AMNISTIA INTERNACIONAL E A OMUNGA CONTINUARÃO A MONITORIZAR A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM ANGOLA E APELAM ÀS AUTORIDADES PARA QUE RESPONDAM A ESTA CRISE CRESCENTE. APELAMOS AO GOVERNO DE ANGOLA NO SENTIDO DE:

- Tomar medidas imediatas e urgentes para assegurar que os funcionários responsáveis pela aplicação da lei parem de recorrer ao uso excessivo e desnecessário da força como meio de punição em qualquer circunstância, nomeadamente por infrações aos regulamentos da Covid-19;
- Acabar imediatamente com a violência policial contra manifestantes pacíficos, acabar com a prática de dispersar arbitrariamente reuniões pacíficas, parar com a detenção de indivíduos antes de manifestações como forma de as impedir, e respeitar plenamente os direitos de liberdade de expressão e reunião pacífica para todos os cidadãos em Angola;
- Acabar com todos os processos penais instaurados contra indivíduos simplesmente por tentarem exercer o direito à liberdade de reunião pacífica e, nos casos em que estes processos resultaram em condenação e multas e/ou prisão, anular a condenação e suprimir as multas;
- Tomar medidas para acionar a investigação imediata, exaustiva, independente e imparcial das alegações do homicídio de jovens pelas forças de segurança, durante a aplicação dos regulamentos da Covid-19 e ao dispersar manifestantes das ruas, e assegurar a responsabilização de todos os seus autores através de julgamentos justos;
- Adotar medidas imediatas e urgentes para oferecer justiça às vítimas de violações de direitos humanos relacionadas com o uso excessivo e desnecessário da força pelo governo, nomeadamente reparações apropriadas e adequadas às famílias das vítimas de uso letal da força pela polícia;
- Tomar medidas imediatas e urgentes para autonomizar as pessoas e apoiá-las no cumprimento dos regulamentos da Covid-19, nomeadamente assegurando o acesso a informação sobre saúde pública e permitindo que as pessoas marginalizadas satisfaçam as suas necessidades essenciais sem discriminação.



Imagem: © Bwala mídia

© Amnesty International 2020
First published in 2020
by Amnesty International Ltd
Peter Benenson House, 1 Easton Street
London WC1X 0DW, UK

Index: AFR 12/3424/2020
Original language: English

A Amnistia Internacional é um movimento de 10 milhões de pessoas que mobiliza a humanidade em cada um de nós e realiza campanhas pela mudança, para que todos possamos gozar os nossos direitos humanos. A nossa visão é a de um mundo onde os que estão no poder cumprem as suas promessas, respeitam a legislação internacional e prestam contas dos seus atos. Somos independentes de qualquer governo, ideologia política, interesses económicos ou religião e somos financiados principalmente pelos nossos membros e por donativos individuais. Acreditamos que a ação inspirada na solidariedade e compaixão com pessoas de qualquer ponto do globo pode mudar as nossas sociedades para melhor.



[amnesty.org](https://www.amnesty.org)

